



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo

CRISE IMANENTE DO CAPITAL E POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL: um ensaio sobre (im) possibilidades

VIVIANE SOUZA PEREIRA ¹

RESUMO

O texto apresenta uma discussão ensaística sobre a crise estrutural do capital e suas inflexões sobre o Estado e as políticas de proteção social. Desenvolve-se a partir de categorias centrais como trabalho, valor e crise de valorização do valor. Trata-se de uma reflexão em curso em uma pesquisa mais ampla, desenvolvida em parte, no âmbito de estudos de pós doutorado. Busca expressar aspectos essenciais para a compreensão da crise, como uma crise de valorização do valor e articular tais elementos ao processo de possibilidades ou não de qualificação e ampliação de políticas de proteção social no tempo que vivemos.

Palavras-chave: Valor, Crise de valorização do valor, políticas de proteção social

ABSTRACT

The text presents an essay discussion about the structural crisis of capital and its inflections on the State and social protection policies. It develops from central categories such as work, value and value appreciation crisis. It is an ongoing reflection on a broader research, developed in part within the scope of post-doctoral studies. It seeks to express essential aspects for understanding the crisis, such as a crisis of value appreciation and to articulate such elements to the process of possibilities or not of qualification and expansion of social

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Juiz De Fora/faculdade De Serviço Social

protection policies in the time we live.

keywords: Value, Value appreciation crisis, social protection policies

I- À GUIZA DE INTRODUÇÃO

A partir da perspectiva teórica que sustenta este estudo, o Estado, parte fundamental na dinâmica de acumulação de capital, também é situado historicamente e, portanto, assim como o trabalho, está subsumido à dinâmica autômata do capital. Sua natureza, que se molda a partir da forma em que se apresenta desde a acumulação primitiva, atravessa alterações profundas ditadas pela própria dinâmica sistêmica.

O processo de reestruturação do capital, fruto da busca por valorização do valor, tem, por óbvio, implicações consideráveis. Desde a produção e reprodução da própria força de trabalho, até a efetivação ou não das políticas públicas de proteção social, que dessa dinâmica fazem parte.

O Estado é subordinado à lógica sistêmica de produção e, como tal, é especialmente afetado e afeta. Todos os países do mundo sofrem as consequências da movimentação do capital, reforçando as marcas históricas de desigualdade, seletividade e focalização no trato das políticas públicas e acelerando um processo que deságua na limitação, cada vez mais extrema, das possibilidades de atendimento às necessidades humanas.

A chamada crise estrutural do capital, aqui denominada crise imanente ou de valorização do valor, se expressa na dificuldade do capital em movimento de se valorizar, ou seja, de ampliar em larga escala a absorção dos excedentes do trabalho humano vivo. É provocada na esfera da produção, pela dinâmica interna do próprio sistema que expulsa cada vez mais o trabalho vivo do circuito de valorização do valor. Essa crise se acelera e ganha contornos estruturais a partir dos anos de 1970. Suas inflexões são profundas em todos os âmbitos da vida e do globo.

Este texto apresenta uma reflexão ensaística, desenvolvida no âmbito de uma pesquisa mais densa, ainda em curso, realizada em grande parte nos estudos de pós doutorado, em fase de finalização. Articula as categorias de crise estrutural, ou crise de valorização do valor, seus rebatimentos no Estado e nas possibilidades e impossibilidades de construção ampliada e qualificada, em nosso tempo histórico, de políticas de proteção social estatais. As considerações finais apontam para uma realidade complexa, difícil e dura de ser

apreendida, mas que se expressa cada vez mais concretamente, inclusive em nível fenomênico. E que, portanto, demanda uma base teórica que sustente sua apreensão e deve ser objeto de reflexões cada vez mais coletivas e amplas. Assim, o propósito neste momento e com este estudo é tão somente este: apresentar em linhas gerais a questão e estimular seu debate.

II. DINÂMICA DA CRISE DE VALORIZAÇÃO E POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

O incremento da produção impulsionado por renovações tecnológicas processadas pelo desenvolvimento da automação, da robótica e da microeletrônica provocam uma intensa e cada vez maior substituição do trabalho vivo (força humana de trabalho) pelo trabalho morto (massa dos meios de produção, capital acumulado). Menegat (2007) assinala que tal processo, decorrente da elevação da composição orgânica do capital, com o aumento significativo do capital constante e, em decorrência, uma redução expressiva do capital variável, fez com que se alterassem as antigas bases materiais da acumulação, criando uma imensa crise social refletida no aumento significativo na taxa de desemprego estrutural. Konicz destaca que

A crise avançou durante décadas, da periferia para os principais centros do sistema mundial - os colapsos econômicos provocados com as crises de dívida no terceiro mundo nos anos 1980 e 1990 foram de certa maneira os percursos da recente devastação do sul da Europa. A reação do sistema foi uma nova fuga para a frente, na qual se formou o núcleo econômico do neoliberalismo: privação de direitos dos assalariados, desregulamentação dos mercados financeiros, globalização da montanha de dívidas por meio de circuitos deficitários. (2020, p. 36)

Esse “novo” arranjo sistêmico encontra o Estado submetido aos interesses econômicos do processo de valorização e, por um movimento de consequência da contradição essencial, cada vez menos comprometido com garantias sociais. Ocorreu um verdadeiro desmonte dos poucos direitos sociais e a desregulamentação das relações de trabalho que levou à um aprofundamento da exclusão social. Vivenciamos um cenário dramático expresso por um quadro de permanentes crises, miséria, violência e grandes catástrofes que colocam em evidência o esgotamento da capacidade civilizatória do capitalismo e conforma o que tem sido considerado por muitos autores como o retorno à barbárie.

Sobre o neoliberalismo Menegat chama atenção que

O neoliberalismo não é uma conjuntura (...) trata-se de um processo social cujas exigências são determinadas pela necessidade da

"valorização do valor". É o conceito de capital e seu modo de ser que constituem as características fundamentais das relações sociais, a razão dos movimentos que impõem ao *campo burocrático* suas escolhas e racionalidades. (...) o capital não é um simples conceito restrito à economia, mas uma explicação substancial do modo de ser da sociedade moderna e sua modalidade de dominação pessoal determinada pelos imperativos da produção material. (MENEGAT, 2019a, p. 76).

O autor prossegue sua reflexão desdobrando essa afirmação em dois aspectos importantes e relacionados: primeiro, "(...) o arco subjetivo das escolhas da "grande e da pequena nobreza" que se engalfinham nas entranhas do Estado é reduzido pelo imperativo de gestão da crise." (MENEGAT, 2019a, p.76); E, "(...) explicações como "um novo regime econômico, baseado na hipermobilidade do capital e na flexibilidade do trabalho" pouco acrescentam além do anúncio de uma suposta materialidade que explica o movimento das políticas públicas. (MENEGAT, 2019a, p. 76). Conforme mencionamos no início deste subítm, o Estado é um Estado característico e específico a e para este modo de produção. Nas palavras de Menegat "Não é algo trans-histórico ao qual baste uma narrativa interna de seus conflitos para elucidarmos a compreensão de suas transformações". Segundo o autor, e em concordância com o mesmo, "Não se trata de uma crítica das trocas de mãos, mas da relação indissociável entre Estado e mercado, que parece ter chegado ao limite. A crise do capital inviabiliza o financiamento do Estado." (MENEGAT, 2019a, p. 77). Prossegue afirmando que:

A contabilidade que o discurso neoliberal mobiliza para justificar suas medidas está sustentada na própria materialidade da produção e reprodução do capital. Ou seja, ela tem evidências empíricas no modo pelo qual a realidade da sociedade burguesa se produz, e não apenas em jogos ilusionistas. (MENEGAT, 2019a, p. 80)

A realidade social apenas pode ser explicada a partir de uma apreensão do desenvolvimento mundial do capital. O esgotamento das fases de valorização do valor impõem novas organizações da vida nas esferas da produção e, também, da reprodução. Assim, "instituições, conceitos e ideologias políticas" que são diretamente associadas a esse processo, também se tornam anacrônicas e se alteram.

A partir da revolução da microeletrônica aproxima-se o limite histórico à valorização do trabalho vivo. Os chamados países avançados são atingidos diretamente com a explosão do "desemprego estrutural, capacidades excedentes em escala mundial e à fuga do capital monetário para a superestrutura financeira (conjuntura das bolhas financeiras)". Na periferia o reequipamento eletrônico é impossibilitado em função do baixo crescimento econômico e

isso agrava ainda mais as condições desses países, uma vez que passam a ser considerados "aquém dos padrões da lógica do capital e sua reprodução é declarada nula pelo mercado mundial". (KURZ, 2015). Segundo Kurz,

Assim nascem, por um lado, cadeias transnacionais de criação de riqueza, ao passo que, por outro lado e ao mesmo tempo, partes crescentes da reprodução social vão secando e morrendo. Este processo é encimado e controlado pelo igualmente globalizado capital das bolhas financeiras. (2015, p. 40)

Corroborando com a leitura de Kurz, Trenkle afirma que, em termos absolutos, a expansão da produção, a partir da revolução microeletrônica, ao contrário de expandir o uso da força de trabalho a cada período de alargamento, faz com que cada vez mais pessoas sejam tomadas como supérfluas. E, assim, leva à redução da massa de valor. Para este autor, a consequência desse processo é não só uma crise econômica "clássica", mas uma crise funcional fundamental do sistema, "na qual regiões do mundo e setores sociais crescentes no interior das metrópoles estão excluídos do acesso aos recursos e ao reconhecimento social. Tornam-se meros objetos de repressão abandonados à própria miséria". (TRENKLE, 2020, p. 41).

Dessas apreensões decorre uma questão fundamental: a possibilidade de integração massiva no trabalho e no consumo, como ocorreu durante algum tempo em parte do mundo e que orientou as "modernizações" idealizadas nos países de periferia, deixa de existir e de ser possível logicamente. Aqui, cabe, também, atentarmos para o elemento exposto por Kurz de que a lógica da crise avança da periferia para os centros e que a rentabilidade que ainda consegue segurar parte da estrutura que sustenta o capital está por ruir de vez (KURZ, 1992).

Na esteira das reflexões de Kurz, sobre a relação mercadoria e Estado, nos encontramos diante da impossibilidade de um único Estado mundial, uma vez que o que foi de fato internacionalizado e globalizado foi o movimento de valorização do valor ou, em suas palavras " as formas econômicas de circulação do dinheiro e do mercado" (1997, p. 59). Destacando que, ainda assim, a noção de civilização da modernidade está associada ao Estado, o autor aponta que

A modernidade deve passar, assim, por uma prova de fogo: a forma mercadoria, essencialmente ilimitada, e o Estado nacional, essencialmente particular, não podem mais viver em harmonia. A divisão globalizada de trabalho e a intercomunicação do sistema mercantil passam por cima das infra-estruturas básicas e das políticas

distributivas, limitadas ao plano estatal; o sistema financeiro e creditício globalizado - como os mercados do eurodólar - extrapola os mecanismos de controle dos bancos centrais nacionais. (KURZ, 1997, pp. 59, 60)

Na compreensão de Kurz, com a qual temos concordância, essa dinâmica criou maiores dificuldades para as economias nacionais. Se antes conseguiam ainda estruturar algo, mesmo que insatisfatório, no sentido de criar estruturas compensatórias, com o mercado mundial, novamente precisamos ressaltar que trata-se de um movimento do próprio capital, essa situação se altera profundamente. As dificuldades internas somente ganham relevância global em seu sentido negativo, qual seja, uma economia financeirizada em situação razoável só empresta ao outro que se valoriza assegurando seu ganho ao final. Se o mesmo estiver em condições ruins essa salvaguarda externa não o alcança, pois as regras em curso são do mercado financeiro e não da solidariedade entre nações, vale o montante que será recebido de volta em juros. E mesmo com os empréstimos alcançados, isso vai moldando e afundando, ou melhor, afunilando todas as nações em um só sentido. Kurz chama atenção para que foi assim que tomou corpo e cresce assustadoramente a crise internacional de endividamento. (KURZ, 1997). No mesmo autor encontramos outros elementos substanciais sobre essa questão

Já que as formas do sistema produtor de mercadoria subsistem incólumes, perdendo porém de mês para mês uma parte de sua substância "produtiva" em comparação ao nível mundial, desenvolve-se uma fome insaciável pela entrada de capital monetário, que já não pode ser satisfeita mediante a substância de valor existente. (...). Os créditos comerciais cada vez mais escassos têm de ser substituídos em extensão crescente pela entrada de capital monetário procedente das grandes instituições internacionais (FMI, Banco Mundial, ONU), que dessa maneira se transformam em "governos paralelos" e minam a soberania dos Estados devedores. (KURZ, 1992, pp. 175, 176)

A ausência de solidariedade entre os Estados se reafirma como a ausência de solidariedade entre as pessoas e aprofunda a situação de crise em todos os âmbitos. Como consequências, não causas. Cada vez mais pessoas são expulsas da esfera produtiva da vida sob o capital, motivado pelo alargamento exponencial da utilização da microeletrônica e isso, aliado ao crescimento da esfera financeira alimenta a produção de uma riqueza que é abstrata, afinal não tem como substância o trabalho. Assim, agiganta-se uma fase, que embora esteja presente desde os primórdios do sistema, se apresenta qualitativa e quantitativamente mais densa. Carrega consigo uma maior produção e apropriação de riqueza abstrata, pois está diretamente vinculada ao capital financeiro. Neste sentido,

importa destacar que

Os excessos do mercado financeiro das últimas décadas são resultado e não causa da crise sistêmica do capital. As causas se encontram nas contradições da produção de mercadorias, que por impulso de racionalização tornam o trabalho assalariado cada vez mais supérfluo através de impulsos de racionalização: o sistema mundial capitalista há muito se tornou produtivo demais para si mesmo. Ele produz uma humanidade economicamente supérflua, como ficou evidenciado na crise dos refugiados. (KONICZ, 2020, p. 39)

O predomínio absoluto do processo de automização a que a humanidade está sujeita, deixa transparecer o verdadeiro processo de decadência da sociedade burguesa. As relações sociais de produção que ocupam o espaço da produção material da vida passam a dominar todas as instâncias da vida social impedindo a manifestação de qualquer outra dimensão que vá além dos laços do contrato estabelecido pelas trocas mercantis.

Analisando as condições específicas dos países periféricos, kurz (1992) destaca que a industrialização limitou-se a seletividade, como algumas fábricas que atendem ao mercado mundial e que o sentido da modernização na maior parte da sociedade foi somente negativo, pois foram destruídas estruturas anteriores e em seu lugar apenas uma expectativa de modernização impossível de se concretizar na estrutura sistêmica posta. Assinala que desde os anos 1970 essa situação se intensificou e que hoje a população desses países padece não da real exploração capitalista, que também a abate, mas principalmente da impossibilidade dessa exploração. Nesse interím afirma que "Por isso, também não pode haver nesses países uma reforma social-democrata burguesa. Ninguém "precisa" da grande maioria dessas massas desarraigadas, levando esta parte uma vida miserável e improdutiva fora de qualquer estrutura de reprodução coerente". (op.cit., p. 81).

E esse movimento, anterior nas sociedades periféricas alcança, como já mencionamos, as chamadas economias centrais. Esse fenômeno se manifesta na forma de zonas de pobreza e de guetos cada vez mais extensos, inclusive em expoentes tido como vencedores no mercado mundial. Kurz (1992) avalia que não há como deter esse processo e que imensas regiões estão saindo fora do circuito, pois sua industrialização foi derrotada na concorrência mundial e já não existem caminhos para prosseguirem na corrida da produtividade mundial. Aqui, é bom mencionar que cada vez mais essa corrida está sustentada na injeção de capital fictício, ausente de substância real de valor.

Esse boom de capital fictício não é, como nada, eterno. Os mercados sustentados pela especulação está em franca queda e esta dinâmica já está evidente até aos mais resistentes à essa abordagem de compreensão da realidade. Kurz (1992) em uma acertada análise,

pois comprovada historicamente, aponta como tendência, um crash forte em reação de cadeia e, com o colapso da especulação, também a decadência do sistema de crédito. Assinala que isso atinge primeiramente os países de terceiro mundo com sua frágil capacidade de acompanhar o centro do capitalismo em termos de produtividade e, conseqüentemente, se inserirem de forma reduzida na circulação internacional de mercadorias e dinheiro, provocando por meio do endividamento externo inevitável uma rápida descida ao colapso. E dentro da organização dos países centrais isso se prolonga em função da internacionalização desse capital fictício e ao crescimento de uma gigantesca e bem articulada superestrutura especulativa jogando a crise para a frente.

Em avaliação similar, Trenkle (2020) aponta que desde 1970 a acumulação autosustentável de valorização do capital não funciona mais e demanda ser suprida por uma injeção cada vez maior de capital fictício, nas formas especulação e crédito e justamente essa foi a maneira encontrada para atrasar o impacto da crise no centro do capitalismo. Importa aqui destacar alguns pontos de sua reflexão:

(...) a grande parte da produção de mercadorias, mesmo quando formalmente criadora de valor, é, na realidade, baseada em contas a descoberto na criação de valor futuro, que, no entanto, nunca acontecerá. Apenas por essa razão foi possível a enorme mudança em direção ao setor terciário, celebrada no plano sociológico superficial como a transição da sociedade industrial para a sociedade de serviços. Trata-se apenas de uma conseqüência do adiamento capitalista da crise por meio do inchaço do mercado financeiro. O setor informal também depende direta ou indiretamente da bolha financeira - na medida em que precisa da injeção de dinheiro e mercadorias do setor formal. (TRENKLE, 2020, pp. 42, 43)

Kurz evidencia que este processo segue fazendo com que a distância entre as metrópoles e periferias se mantenham e aprofundem nas condições de crise da globalização, mas agora "já não sob a forma da distância no grau de desenvolvimento capitalista, mas como a distância no grau de decomposição social. O autor assinala que o Estado não some mas deixa de ser o "capitalista global ideal" e perde, aos poucos, as funções regulativas e acaba se convertendo em uma administração repressiva da crise. E que este cenário é bem mais expressivo na periferia do capital, onde "os aparelhos de Estado dissolvem-se numa medida muito maior", onde

Os serviços públicos desaparecem quase por completo, a administração capitula, os aparelhos repressivos asselvajam-se. O que resta são apenas pequenas ilhas da produtividade e da rentabilidade imersas num oceano de deorganização e miséria. Qualquer desenvolvimento econômico nacional para, as grandes empresas globais usurpam esses setores insulares para transformá-los em partes integrantes da sua economia empresarial transnacional.

Em paralelo nasce uma economia de saque em que é despedaçada a substância física da economia nacional arruinada e na qual grupos da população, segundo critérios étnicos ou religiosos, caem uns em cima dos outros numa continuação da concorrência por outros meios. As instituições estatais são substituídas por grupos rapinantes. Uma grande parte das elites transforma-se na liderança de bandidos étnicos ou religiosos e milícias de clãs, em senhores da guerra e príncipes do terror. (KURZ, 2015, p. 41)

Segundo Kurz essa situação é apenas uma das fases em processo. Há também a dinâmica em que a economia de saque ainda se articula com mercado mundial e, ainda que minimamente consegue fazer a exploração de ruínas econômicas por meio das bolhas financeiras, tal qual ocorre no capitalismo central. Segundo ele, ambas estão em vias de exaustão. (KURZ, 2015). Menegat destaca que

Bolhas financeiras são sintomas agudos de crise. Elas consistem no emprego do capital excedente que circula no mercado mundial, resultante de uma superacumulação que já não encontra oportunidades rentáveis de aplicação na produção em nenhum lugar do mundo. Dinheiro quente desesperado ante a possibilidade iminente de desvalorização. Elas são uma exacerbação e ampliação do chamado capital fictício observado por Marx ainda no século XIX. (MENEGAT, 2019a, p. 100)

Refletindo sobre a "lógica insular" da globalização mundial nesta etapa do capitalismo, ou nas palavras dele "capitalismo insular", Kurz aponta que "também as receitas estatais se rompem", os "supérfluos são expelidos para os circuitos subordinados, seja como empresários da miséria na circulação (ambulantes). como catadores de lixo, como domésticos baratos etc. ou caem na miséria absoluta." (2015, pp. 57, 58).

Avaliando a realidade brasileira, Menegat (2019a) assinala que as condições do desenvolvimento capitalista brasileiro sempre ficaram aquém daquelas dadas nos países centrais e que, após a ampliação do processo de desindustrialização acirrado diante da concorrência do mercado global "tornou-se uma realidade que desafia o pensamento de todos aqueles que concebem essa questão como um problema redutível à vontade política" (p.97).

Assim, para o autor, a gestão da barbárie realizada pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) em seus anos de governo, dificilmente se repetirá uma vez que, para além da vontade política, ela se fez possível em função da "criação de recursos que estiveram diretamente ligados aos resultados de uma bolha especulativa em torno de *commodities*" (p. 140). Ainda destaca que

Fazer com esse *dinheiro a mais sem valor* uma transfusão - na forma inicial de transferência de renda e, logo depois, de crédito a profusão

-, injetando sangue novo na economia, foi, sem dúvida, um grande feito menos. É necessário sublinhar que as políticas de assistência foram parte desta política econômica para reanimar "o gigante". (...). A combinação de transferência de renda, aumentos reais do salário mínimo, aquecimento do mercado interno de consumo e de trabalho e grandes investimentos em infra-estrutura (PAC-I, PAC-II, Petrobrás, Financiamentos do BNDES...) recriaram uma ilusão objetivada que nunca se vira algo igual. (MENEGAT, 2019a, p. 140)

Os governos PT buscaram e, de certa feita alcançaram, a construção de uma estrutura diretamente vinculada com a sociedade, por meio de aparatos e técnicas de gestão testadas por décadas e que, produziram, de imediato e diante do quadro destruído que encontraram, resultados momentâneos e superficiais, como uma frágil sustentação de uma casa que desmorona. Essas técnicas estão diretamente vinculadas com as bolhas especulativas. Acabaram por, de alguma forma a transmitir a "sensação de inclusão" de massas de "supérfluos" na economia, por meio do consumo de itens básicos, o que produziu um ciclo vicioso de crescimento econômico ainda que insustentável diante de nossa perspectiva de crise. Tanto que, a partir de 2008, essa condição vai definindo até se esgotar no período mais recente com o golpe de 2016 e o posterior governo Bolsonaro.

Mascaro (2019) escrevendo sobre a dinâmica da crise e do golpe recente no Brasil, destaca que estão amplamente vinculados. A dinâmica da crise gerou o golpe e, segundo ele, continua dando oportunidades à atuação de "grupos, classes e frações" exploradores e dominantes, antigos e novos. "Crise, golpe e reacionarismo são uma ímpar ocasião de negócios ao capital. Trata-se, aqui, tão só e apenas da marcha da acumulação." (p.27). Mais adiante "(...) sendo o golpe não uma criação caprichosa da política, mas uma dinâmica resolutória da crise pelo capital" (MASCARO, 2019, p. 28). O autor prossegue com avaliações sobre Temer e Bolsonaro, como não fosse possível estender essa leitura aos governos petistas (exceto pela bem sucedida gestão da barbárie). E, embora credite o comando das ações ao neoliberalismo, como fosse o mesmo um ator isolado de si próprio ou o grande leme que reside, em nossa compreensão, na lógica interna do próprio capital que leva ao próprio neoliberalismo, apresenta pontos interessantes e que corroboram com nossa construção neste texto:

Não há nenhuma divergência de mérito entre a política entre a política econômica de um e de outro. A alçada para a governança do capital é a mesma: atenção aos ditos mercados e aos interesses financeiros e rentistas; privatizações, rebaixamento das condições das empresas estatais; perdas de graus na soberania econômica; desprestígio aos instrumentos de controle social, trabalhista e ambiental. (MASCARO, 2019, p. 29)

Nesse sentido, vemos que, ainda que por um viés que não toma a contradição central do capital como a crise de valorização do valor, a afirmação de Mascaró em destaque, de certa forma, e se estendida a reflexão para todos os governos desde a "redemocratização" e mais que isso, para todos os Estados Nacionais, corrobora a perspectiva de que também a política e a própria democracia se encontram profundamente subsumidas pelo movimento do capital em busca de sua valorização e no esvaziamento das subjetividades e contornos possíveis nos tabuleiros nacionais. Recorremos, nesse campo, novamente à Menegat, para quem

A abertura de outra longa fase de crise e esgotamento do sistema, que perdura até hoje, há tempo tem exigido *uma nova virada no parafuso* da teoria do estado e dos fundamentos de sua legitimação. As transformações tecnológicas dos processos de produção deste período mandaram para o inferno a quimera do pleno emprego no capitalismo. Nenhum Estado Nacional pelo mundo pôde buscar, desde a metade dos anos de 1980, sua legitimação com o apoio das classes subalternas por meio de uma política social de bem-estar. O capitalismo já não consegue encenar o mito de ser uma civilização de inclusão mundializada por meio da imposição do trabalho. O universalismo adquire sua verdade no inverso, assim como ocorreu com o progresso. (MENEGAT, 2019a, pp. 151, 152)

Sobre a relação do Estado com o dinheiro na economia mundial globalizada, Kurz (1997) ressalta que a despeito das ilusões sobre o "primado da política" já é evidente que o Estado é desprovido de autonomia diante do mercado, em função do dinheiro. Assim como a política diante a economia também se apresenta não autônoma. Frente a essa questão, o autor afirma que apesar da situação ser, por vezes, reconhecida, ainda impera uma grande resistência em compreender que este Estado que, ao modo do capital, também segue em franca destruição e proximidade com seu limite absoluto, seja capaz de se desfazer. Nesse sentido, muitos são, ao longo da história, os planos governamentais que buscam solucionar esse impasse colocado pela forma de acumulação e marcadamente pelo dinheiro. Todos sem êxito em médio e longo prazo. Kurz afirma que a socialização negativa através do capital está entranhada no Estado, que constitui um de seus momentos objetivos. "E, tal como nas próprias categorias econômicas, também na administração estatista da crise os irmãos inimigos keynesianismo e neoliberalismo se revelam como membros da mesma família." (KURZ, s/d c; s/p).

Segundo o autor, nem as críticas vazias de altos gastos com serviços de Estado em função de mau gerenciamento; nem a corrupção política, hoje situada em todos os países, são

causas, mas consequências da crise. E, nesse sentido, nem mesmo a busca de soluções por meio de retirada de políticas públicas e de infra-estrutura, assim como privatizações, dariam conta de resolver a absoluta impossibilidade de alargamento do Estado em termos de dispêndio de recursos. (KURZ, 1997). Isso em função de que quanto mais avançam os limites ao capital, tanto mais avançam aqueles à esfera estatal também. Que, em primeiro lugar, por uma imposição sistêmica, trata de assegurar a continuidade do processo de acumulação. Até as políticas de tentativa de adiamento ou gestão da barbárie executadas por meio de programas sociais caminham no sentido de assegurar alguma forma de capitalização voltada agora para a esfera que tem assegurado o capital de pé, a financeira. Para Menegat

O que ocorre é que o estado agravado de crise do capitalismo faz da acumulação um acontecimento dolente, em que nada pode contrariar o improvável – portanto, a sociedade deve manter-se como refém das condições de possibilidade de uma acumulação sempre curta e de abrangência restrita. A prioridade da atuação do Estado deve ser cada vez mais escancarar todos os recursos para a manutenção de alguma atividade econômica, não importa se para isso uma parte crescente das ações de reprodução social – como educação, saúde, previdência... – não puderem mais ser mantidas. Esta contradição, sem nenhum subterfúgio, assinala abertamente o abandono do caráter civilizatório mínimo que a sociedade burguesa pretendeu ter. (MENEGAT, 2019b, p.172)

Assim, a avaliação que desenvolvemos das políticas de proteção social aponta para a primazia da transferência das responsabilidades estatais para o próprio sujeito portador de necessidades a responsabilidade pela satisfação dos seus carecimentos ou de sua vinculação à auto-ajuda ou à aquisição de serviços como mercadorias na esfera privada demonstra não inabilidade política ou falta de governo mais comprometido, mas a real construção estatal necessária para a frágil manutenção do processo de devalorização do valor. A ausência do Estado deixa amplos segmentos da população precariamente atendidos ou desassistidos, aprofundando e expandindo as desigualdades sociais e atribuindo aos programas de proteção, quando muito e ainda nas técnicas de "gestão da barbárie", um caráter suplementar e emergencial, quando muito, dirigidos apenas para os mais pobres dos pobres. Segundo Kurz

O deslocamento nas formas de desenvolvimento já indica que o Estado não tem qualquer competência autônoma para superar as crises, permanecendo ele próprio, pelo contrário, subordinado às contradições internas do sistema capitalista. Ele não é a solução, mas parte integrante do problema. O Estado na crise – esta expressão possui um duplo significado. A suposta superação estatal da crise

converte-se na crise do próprio Estado. Tal situação carece de uma explicação. Não se trata aqui, em primeiro lugar, de uma relação externa entre economia e política, como se por exemplo a globalização da economia empresarial tivesse invalidado a função regulativa do Estado, devendo esta última ser agora revitalizada, possivelmente através de acordos internacionais ou de uma "governance" transnacional. Esse é apenas um aspecto secundário. Se até agora as declarações de intenção ideológicas nesse sentido fracassaram miseravelmente, isso não se deve apenas à concorrência global, incluindo a concorrência dos Estados pelas "localizações do investimento". Mesmo no caso de um improvável acordo para uma "governance" meta-estatal face ao sistema financeiro global, tal "governance" estaria à mercê da mesma contradição estrutural entre a inflação do crédito e a massa demasiado pequena da valorização real, contradição que conduziu aos limites das conjunturas de déficit. (KURZ, s/d b, s/p)

Em meio a uma crise sistêmica calcada na contradição entre a forma e o conteúdo do valor, a dificuldade de valorização do valor diante dos limites internos do próprio capital global se apresentam crescente e fortemente. E, portanto, exigem também da parte do Estado todos os esforços e espaços voltados para a financeirização que comanda abstratamente a economia em crise assegurando sua permanência ainda que cada dia mais esfacelada. Portanto, a questão independe de governos. Estes podem sim, diferenciar-se somente na forma e intensidade de "gerir a barbárie" e, ainda assim, até esse processo encontra grandes dificuldades após 2016, como assinala Menegat (2019a).

Em suma: o elemento central é que o capital demanda toda e qualquer possibilidade de valorização de valor. Esse movimento é global. A partir desse raciocínio, não só o trabalho, mas as políticas sociais em geral e a perspectiva de direitos se perdem por impossibilidade histórica e lógica. Nesse sentido, diante de um Estado que também é fruto do movimento do capital e que, portanto, está submetido a essa contradição essencial, as ações de enfrentamento da pobreza configuram-se, no limite, à "gestão da barbárie" que se instala. Essa afirmação encontra referendo em uma avaliação da desigualdade em que se processa a disputa do fundo público e que desloca o Estado para o atendimento quase por completo das demandas de acumulação do capital em detrimento do atendimento das necessidades dos pobres. E, mais ainda, no fato de que a crise que se coloca guarda raízes, estruturas e não superficialidades conjunturais. Sobre essa questão e, pensando a realidade brasileira atual, encontramos novamente Menegat, que assinala que

As contrarreformas iniciadas após o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 não representam uma momentânea regressão. Elas podem ser amplamente entendidas como uma mudança epocal na qual a força destrutiva do colapso que se iniciara na década de 1980 e consolidou nas seguintes alterou sua qualidade. (...) O que desmoronou nessas últimas décadas e que havia sido uma

possibilidade efetivada ainda na época em que "a luta de direito contra direito" (Marx) encontrava condições de transformar a distribuição de riquezas em normas jurídicas, não tem mais como ser recuperado (MENEGAT, 2019a, p. 176).

Nessa perspectiva, as possibilidades de democratização do Estado e coletivização da riqueza socialmente produzida, via políticas públicas, estão vivendo um estrangulamento rumo ao esgotamento. O processo de crise de valorização do valor não deixa espaço para alargamento do público. Avança sobre toda esfera que pode resultar em extração de mais valia e mais valor a fim de assegurar a sobrevivência da valorização necessária ao capital. Desta forma, a oferta de programas e projetos de atendimento a população que faz uso dos serviços públicos, principalmente a crescente massa de pobres que se avoluma diante da crise, está severa e irreversivelmente comprometida.

III. EM BUSCA DE CONCLUSÕES

Na última década, esse processo de destruição de possibilidades de políticas de proteção social ganhou celeridade no país. Isso se explica em função do movimento de acumulação de capital no mundo e, também, da quadratura política interna de retomada e aprofundamento do conservadorismo político, econômico e cultural que, somados aos mesmos traços já marcantes em nossa formação sócio-histórica, adensam o contexto amplamente favorável a uma célere barbarização da vida.

Assim, vivenciando um processo de piora progressiva de condições de vida, uma imensa parte da população está dispensável do ponto de vista do capital, ultrapassando o que tradicionalmente denominou-se exército industrial de reserva. A essa população, as ações do Estado direcionam-se cada vez mais sob as bases da força e da coerção configurando o chamado Estado penal. Esvazia-se de sentido e concretude a expectativa de ampliação e divisão solidária estabelecida por políticas por meio da utilização de recursos do chamado fundo público para ações de proteção social pública, configuradas a partir da organização popular em busca de assegurar direitos relacionados ao trabalho ou não.

As alternativas de sobrevivência da valorização do valor aparecem como um combinado entre antigas e novas formas de gestão do trabalho e acirram a contradição que inviabiliza essa forma social. Estados e mercados, mantêm a agonia do modo de produção, criando e recriando capital monetário sem substância. Capital que entrará em colapso, como já estamos acompanhando, em intervalos cada vez menores.

Desta forma, o conjunto dos determinantes, postos neste estudo, nos permitem apontar

como tendência cada vez mais próxima a impossibilidade do desenvolvimento de políticas públicas de proteção social que sigam até mesmo aquelas desenvolvidas no período de "gestão da barbárie". O Estado se vê diante de uma demanda crescente e sem ter meios de financiar sua realização, nem se houvesse vontade política para tanto. Diante desse quadro apontamos para um processo de esvaziamento dos serviços e atendimentos de necessidades humanas cada dia maior e, em contrapartida, um aprofundamento das práticas coercivas e violentas por parte de um Estado que está perdendo, inclusive, o domínio absoluto sobre a violência.

Vislumbrar outra realidade requer compreender a lógica de funcionamento do capital e a base de sua sustentação, essência do valor, o trabalho. Que precisa ser entendido em sua conformação na sociabilidade do capital, não como uma determinação indistinta, a-histórica. Desvelar estes limites e aceitar o desafio posto é fundamental tanto para apreendermos de forma concreta as engrenagens da sociedade, que caminha aceleradamente em um processo de desumanização, quanto para, a partir daí, pensarmos a construção de alternativas coletivas ao que está posto. Mascará-los é tornar indecifrável e, conseqüentemente, aí sim insuperável, a realidade posta.

IV. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KONICZ, T. As origens da crise econômica atual: visão geral das causas sistêmicas e do curso histórico da crise do sistema mundial do capitalismo tardio. *Margem Esquerda*. N. 35. São Paulo: Boitempo, 2020.

KURZ, R. *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1997.

KURZ, R. *O colapso da modernização - da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KURZ, R. *A teoria de Marx, a crise e a abolição do capitalismo*. s/d a. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz363.htm>. Acessado em: JUL/2022.

KURZ, R. Não há leviatã que vos salve - teses para uma teoria crítica do Estado (primeira parte). *Revista EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria*, nº 7 (12/2010)], ISBN 978-3-89502-310-1, 272 p. s/d b. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz390.htm>. Acessado em AGO/2022.

KURZ, R. Não há leviatã que vos salve - teses para uma teoria crítica do Estado (segunda parte). *Revista EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria*, nº 7 (12/2010)], ISBN 978-3-89502-310-1, 272 p. s/d c. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz390.htm>. Acessado em AGO/2022.

KURZ, R. *Poder mundial e dinheiro mundial* - crônicas do capitalismo em declínio. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

MASCARO, A. L. Dinâmica da crise e do golpe: de Temer a Bolsonaro. *Margem Esquerda*. N. 32. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARX, K. *O Capital – crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital (tomo I) São Paulo: Nova Cultural, 1983.

MARX, K. Marx, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MENEGAT, M. *A Crítica do Capitalismo em Tempos de Catástrofe: o giro dos ponteiros no pulso de um morto*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019a.

MENEGAT, M. Noites brancas - o exército como regulador imediato da gestão da barbárie. *Geografares*, [S. l.], n. 28, p. 170–181, 2019b. DOI: 10.7147/GEO28.24391. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/24391>. Acesso em: MAI/2022.

MENEGAT, M. A face e a máscara: *a barbárie da civilização burguesa*. In: *Revista Pegada, Presidente Prudente*, v. 8, n. 2, dezembro. 2007.

TRENKLE, N. Miséria informalizada: sobre a relação entre o setor informal e a moderna produção mercantil. *Margem Esquerda*. N. 35. São Paulo: Boitempo, 2020.